



Acácio Pereira. “O ministro da Administração Interna tem cedido a um populismo básico”

ROSA RAMOS

rosa.ramos@ionline.com

Há inspetores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) a trabalhar 14 horas por dia e em algumas zonas do país já só se assegura os serviços mínimos devido à falta de pessoal. Há mais de 10 anos que não entra ninguém para o SEF e o concurso que abriu recentemente já está parado por causa de uma providência cautelar. Na primeira grande entrevista a seguir à manifestação das polícias, o presidente do Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF não poupa críticas ao ministro da Administração Interna. Acácio Pereira diz que Miguel Macedo está a falhar “nas suas obrigações” para com o Estado e na gestão das estruturas policiais. E conta como de nada serviu a manifestação frente ao parlamento.

O ministro da Administração Interna anunciou alterações à orgânica da GNR no domínio do controlo de fronteiras.

No passado, o assunto causou mal-estar entre o SEF e a Guarda. Os inspetores estão preocupados, tendo em conta que o controlo é competência do SEF?

A situação de indefinição remonta a 2012, quando se definiu que a GNR seria o ponto de contacto do Eurosur (sistema europeu de vigilância das fronteiras) em Portugal. Houve polémica e desentendimentos, mas o ministro Miguel Macedo foi claro quando explicou que as competências da GNR se centrariam apenas na vigilância da costa, ficando o SEF com a parte do controlo. Por isso, foi com estranheza que os inspetores do SEF ouviram o ministro falar em controlo por parte da GNR. O nosso entendimento continua a ser claro: o controlo de fronteiras é competência do SEF. Não nos opusemos que a Guarda ficasse com a vigilância. Mas vigiar é uma coisa, controlar é outra.

Essas declarações caíram mal no SEF? Claro que sim. Levantaram dúvidas e fizeram soar campanhas. Não se justifica. A impressão que tenho, por vezes, é a de que Miguel Macedo e a ministra das Finanças têm cedido a um populismo básico. Em que sentido?

O SEF é, do ponto de vista quantitativo, a força de segurança mais pequena e este governo tem privilegiado as polícias maiores. Talvez porque, em função do seu número de elementos, possam incomodar mais com greves e manifestações. No fundo, é ceder a um populismo injustificável. A política deve pautar-se por prin-

cípios e necessidades objectivas e não por cedências desta ordem. As agendas políticas de Miguel Macedo e da ministra das Finanças prejudicam o prestígio e a autoridade do Estado. Desprezam os corpos e os serviços mais modernos, eficientes e com maior relevo para a segurança só por terem um efectivo menor. Fazem tudo ao contrário do que devia ser a reforma do Estado que este governo não fez. E não é só na gestão política e nas suas obrigações como estadista que Miguel Macedo falha. É também na gestão concreta das estruturas que estão a seu cargo.

Em que é que a gestão tem falhado?

Por exemplo na manutenção de custos altíssimos na generalidade das forças de segurança, sem que lhes seja minimamente aumentada a capacidade ou a eficiência operacional. O SEF é, nesse capítulo, uma ilha.

É uma polícia menos cara?

Posso falar dos números de 2013. O orçamento do SEF era de 74,9 milhões, mas o serviço conseguiu receitas próprias (taxas aeroportuárias, vistos) da ordem dos 44,2 milhões de euros. Ou seja, as receitas próprias do SEF corresponderam a 59% do seu orçamento. E as despesas com pessoal totalizaram 57% do orçamento de 2013. O que quero dizer é que o SEF, que só representa 2,4% do efectivo total do Ministério da Administração Interna, é responsável por 14,3% do total das receitas da tutela. **A extinção do SEF ainda fará parte da agenda política?**

Julgo que esse assunto, neste momento, já está ultrapassado. Tudo tem o seu tempo e o SEF foi crescendo e mostrou que é um serviço válido e imprescindível.

O sindicato integrou a coordenadora que organizou as duas manifestações de polícias. Houve alguma cedência por parte da tutela a seguir à última manifestação? Rigorosamente nada. Todos os assuntos pendentes continuam em cima da mesa e alguns só não avançam por falta de vontade, pois não têm implicações orçamentais. Dou-lhe um exemplo: os inspetores do SEF querem ser avaliados. Existe uma portaria nesse sentido que está pendurada há meio ano no Ministério das Finanças à espera de uma assinatura. E estamos a falar de um diploma que não acarreta mais despesa e só servirá para distinguir o trabalho das pessoas. O que temos, hoje, é um governo dentro de um governo. Todas as tutelas se vergam perante o Ministério das Finanças, que tudo controla, tudo sabe, tudo faz e que reduz tudo a números, em detrimento dos resultados e das

necessidades. Entretanto, há instituições em que tudo é permitido e onde há promoções e desenvolvimentos.

Refere-se à GNR e à PSP?

Sim. Os inspetores do SEF têm sido constantemente deixados à margem. Veja o que se passou com a Lei geral do trabalho em funções públicas. Numa primeira fase, o ministro Miguel Macedo queria discriminar apenas a PSP. Só mais tarde recuou e admitiu um regime de excepção também para as outras polícias. Os agentes da PSP são mais polícias do que os outros polícias? É óbvio que não. Cada força de segurança, dentro das suas competências, contribui para o mesmo fim: a segurança dos portugueses.

A seguir à manifestação houve reuniões no MAI. Não chegaram a acordo?

As reuniões não tiveram resultados práticos. Disseram-nos só que as portarias estão no Ministério das Finanças. Desenvolvimentos? Nenhum.

Mas se, como diz, algumas dessas propostas não têm implicações financeiras, por que razão não avançam?

O presidente do único sindicato do SEF acusa o ministro Miguel Macedo de ceder a pressões de polícias maiores e de se “vergar” perante a ministra das Finanças

talvez porque não haja suficiente vontade política. Se houvesse, muitas questões já teriam sido ultrapassadas.

E porque é que não há vontade política? Não quero atribuir responsabilidades a lóbis, mas talvez existam grupos de pressão que não têm interesse em ver o trabalho dos seus pares reconhecido.

Refere-se a outras forças de segurança? Possivelmente.

Por ser uma polícia pequena, o SEF não tem margem negocial?

Tem uma margem menor.

Mas a tutela até autorizou recentemente a entrada de 45 novos inspetores.

A marca deste governo para o SEF resumiu-se, até ao momento, a uma única alteração, que permite a abertura de um concurso interno com 45 vagas. Há mais de 10 anos que não entram inspetores para o SEF. Dez anos! Seja como for, o concurso ainda não deu em nada.

Mas arrancou.

Abriu, sim. Só que entretanto parou, porque um dos candidatos avançou com uma providência cautelar. Não tive acesso ao processo e não sei do que se trata, mas quanto tempo mais isto vai durar? As pessoas vão saindo e continuamos na mesma. Cada vez com mais trabalho, porque Portugal está na moda enquanto destino turístico e isso tem implicado um aumento de movimento nos portos e aeroportos. E mais trabalho ao nível da investigação — por que há novas pressões migratórias e novos fenómenos criminosos associados a essas pressões. Ultimamente, os cruzeiros têm sido usados para a imigração ilegal. Temos de estar atentos. Um cruzeiro pode trazer 1500 tripulantes e três mil passageiros. Quem tem de fazer esse controlo está sobrecarregado. **Um funcionário do SEF trabalha, em média, quantas horas?**

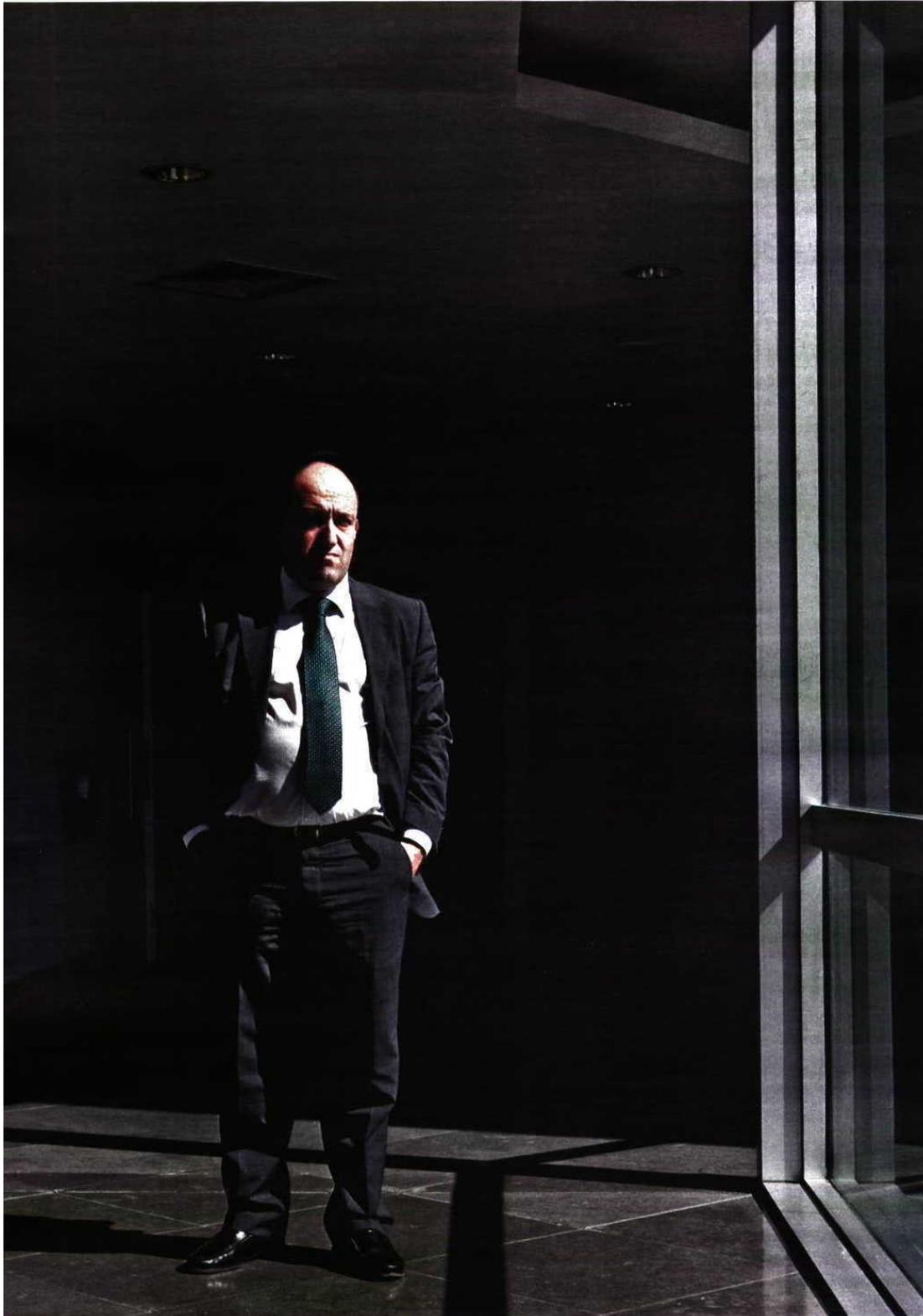
Muito mais que 40 horas e numa pressão tremenda. Não temos capacidade para garantir a rotatividade do pessoal e, muitas vezes, os inspetores têm de fazer maratonas de horários para levar os processos até ao fim.

Isso pode traduzir-se em quantas horas seguidas?

Há inspetores a trabalhar 14, 15 horas por dia. E é frequente. Somos pau para toda a obra: pegamos num processo no início e acompanhamo-lo até ao fim. Transportamos detidos, fazemos trabalho burocrático. O SEF não tem, por exemplo, uma carreira de apoio administrativo como têm outras forças de segurança. As pessoas saem arrasadas do aeroporto. Fisi-

“O foco de entrada de imigração ilegal passou a ser os cruzeiros quando antes eram os navios de carga”

“Não quero criar alarmismo, mas se não forem admitidas pessoas no imediato, a segurança poderá estar em risco”



Acácio Pereira diz que o SEF é o "parente pobre" das polícias. E defende que nenhuma outra força de segurança dá tanto lucro ao Ministério da Administração Interna

RODRIGO CABRETA

po para se ganhar novamente. É um saber específico que não se aprende na formação, mas com as vivências do trabalho.

Há zonas onde já não há investigação?
Nos Açores estamos a trabalhar em serviços mínimos permanentes. Não há investigação. E em outros sítios também. No Algarve... na verdade, estamos com dificuldades em todo o país.

Já falou da imigração ilegal através dos cruzeiros. Como estão a lidar com os novos fenómenos migratórios e de criminalidade?

A imigração ilegal já se fazia antes em navios comerciais de carga. Agora, o foco de entrada de imigração ilegal passou a ser os cruzeiros. E quem fala em imigração ilegal pode falar em outros crimes. Não sabemos. Nunca é possível saber. É certo que não podemos desconfiar de todos os turistas, mas temos de estar atentos. E isto numa altura em que Lisboa está a receber cada vez mais embarcações. Depois ainda temos de lidar com as mobilidades internas entre os países Schengen. A mobilidade é cada vez maior e Portugal continua a ser uma porta de entrada. Veja-se o caso dos sírios e os rumores de movimentações de máfias que dizem estar instaladas em Portugal. Estamos ainda no domínio da dúvida, mas é importante salvaguardar e acautelar preventivamente estas situações.

A atribuição de vistos gold trouxe maiores preocupações?

É óbvio que sim. E mais trabalho também. Um trabalho metucioso, subterrâneo, que não é visível. A atribuição de vistos gold é uma decisão política que respeitamos e que não comentamos. Estamos ao serviço para cumprir a lei e as determinações do governo. Mas representou um aumento de trabalho para os investigadores do SEF.

Todos os pedidos são investigados?

O SEF trata, do ponto de vista legal, de todos os vistos. Todos são analisados. Ter-se dinheiro não significa necessariamente ter-se honestidade.

Há pouco falava do caso dos sírios. Acha normal que 74 pessoas desapareçam sem deixar rasto?

Não, não acho.

A direcção do SEF diz que não poderia ter sido feito nada para evitar a situação, porque a Lei de Asilo não permitia monitorizar o paradeiro do grupo em território nacional.

Foi uma situação que teve contornos políticos e humanitários. Uma situação atípica e, que esperamos, não se repetirá.

ca e animicamente.

Tem havido situações de burnout?

Têm acontecido situações muito complicadas e não temos qualquer assistência na doença. Também nisto o SEF é tratado de forma desigual. A PSP e a GNR têm direito a sistemas de saúde próprios, mas o SEF e a PJ não. O risco é maior para uns do que para outros? Deveria ser pensado um sistema de saúde para todos os serviços de segurança. E os inspectores do SEF, devido ao seu trabalho, estão expostos a um conjunto de doenças. Veja o caso, agora, do vírus ébola: o risco para o nosso pessoal é muito grande. E o Estado deveria ter o especial dever de acompanhar

os seus funcionários de forma igual.

Os inspectores mais expostos não são sujeitos a acompanhamento e avaliações?

Não. Têm de marcar uma consulta no médico de família e pagar. E só agora é que vamos começar a ter Medicina no Trabalho.

Não há Medicina no Trabalho no SEF?

Não, vamos começar este ano e só por pressão do sindicato. Mas são análises normais, sem prevenção de risco.

Voltando ao trabalho extraordinário. Continuam sem receber horas extra?

Nem um centavo. Temos um subsídio, o mais barato que existe, que é um suple-

mento que inclui o trabalho extraordinário. É uma forma fácil de ter as pessoas sempre disponíveis.

Tem vindo a denunciar que em zonas como os Açores o SEF já só consegue assegurar os serviços mínimos. A falta de pessoal pode estar a comprometer a segurança nacional?

Não quero criar situações de alarmismo, mas se não forem admitidas pessoas no imediato, a segurança poderá mesmo estar em risco. E não é só a segurança que está comprometida, é também o *know how* adquirido ao longo de anos. O SEF dá formação à polícia de outros países da Europa. Perdendo-se isto, é preciso muito tem-



**ACÁCIO PEREIRA,
PRESIDENTE DO
SINDICATO DO SEF.
“O MINISTRO DA
ADMINISTRAÇÃO
INTERNA TEM
CEDIDO A UM
POPULISMO
BÁSICO”**

// PÁGS. 22-23